

“MEMÓRIAS INVENTADAS” DA REFORMA PSIQUIÁTRICA NO RS

Nos 25 anos da Lei da Reforma Psiquiátrica no RS, essa publicação permite não apenas pôr em análise o processo de sua implementação, mas também dar visibilidade às transformações institucionais e culturais geradas pelos novos dispositivos.

Não se trata de um livro-arqueologia que tenha a pretensão de buscar uma origem ou de registrar um percurso em que as pessoas e as instituições são apenas extensão ou derivação de mapas de referências precedentes ao próprio caminho. Ao contrário, partimos do entendimento de que o caminho da Reforma é uma criação que não preexistia e que, por isto mesmo, comportou uma pluralidade de trajetos e permitiu derivações. Desse ponto de vista, a finalidade desse registro não é somente identificar os terrenos que foram capazes de fertilizar a Reforma Psiquiátrica no RS, mas, principalmente, cartografar os caminhos singulares que possibilitaram novos traçados e deslocamentos.

São, portanto, narrativas encarnadas as que seguem, recheadas de lembranças, depoimentos, imagens, expressões de jogos de força muitas vezes duros entre interesses divergentes na arena política em que se engendraram, mas também prenhes da alegria própria dos movimentos renovadores, em que cada conquista é festejada e cada novo passo vivido como vitória coletiva que merece co-memoração.

Celebrar a conquista de direitos de uma parcela da população historicamente alijada da pólis e demarcar a importância dos avanços no campo das políticas públicas assume, na atual conjuntura do país, especial significação. No último ano temos vivido perdas de garantias constitucionais e sucessivos retrocessos nas políticas públicas, com a desresponsabilização crescente de um Estado mínimo em relação às suas funções mais elementares de proteção aos cidadãos e de enfrentamento das iniquidades. O Sistema Único de Saúde, uma das mais ousadas e bem estruturadas políticas de saúde pública no âmbito mundial, segundo a Organização Mundial da

Saúde, vem sofrendo o maior ataque desde sua regulamentação de 1990, com a aprovação da Emenda Constitucional que congela investimentos públicos por 20 anos, à revelia de todo o clamor popular e das demandas epidemiológicas que, neste longo período, ainda se apresentarão. Se o cenário da política de saúde mental já era sombrio, considerando o subfinanciamento e tantos outros impasses em que o SUS está imerso, é ainda mais preocupante o redirecionamento dos (insuficientes) recursos em direção à oferta de serviços na lógica hospitalocêntrica e segregadora, na contramão da Reforma Psiquiátrica.

Tal conjuntura poderia indicar certo esgotamento de lutas como a do Movimento Antimanicomial que, em outros tempos, fizeram com que uma casa parlamentar inteira, como ocorreu na Assembleia Legislativa do RS naquele agosto de 1992, se debruçasse sobre a questão da saúde mental e entendesse a importância da construção de uma Rede pública, diversificada, gratuita, acolhedora que cuidasse das pessoas com transtornos psíquicos, sem submetê-las ao sofrimento adicional e estigmatizante do isolamento manicomial. Apostamos, entretanto, no paradoxo de que esta atual desconcertante conjuntura possa indicar, não o esgotamento, mas a potencialização das lutas que levaram a Reforma Psiquiátrica se constituir como Lei em nosso estado. Resgatar os acontecimentos e paixões que concorreram para a aprovação da primeira Lei de Reforma Psiquiátrica antimanicomial deste país, há um quarto de século atrás, pode nos ser útil justamente para lembrar, entre outras coisas, que não há caminho dado, pois nós o fizemos ao andar.

Os autores aqui reunidos foram parceiros desta caminhada em nossos pampas. Alguns, como os professores Ruben Ferro e Sílvio Yasui, se *agauderariam* no percurso e, desde então, integram a trupe dos *mentaleiros* tecelões da Rede de Atenção Psicossocial que a Reforma Psiquiátrica do RS viabilizou. Muitos outros são citados ao longo dos textos e mesmo aqueles que, por ventura, não tenham sido nominalmente aqui referidos saberão que uma vez *aquerenciados* em nossas redes serão sempre parte dela.

A abertura desta coletânea coube a uma das ativistas mais atuantes na estruturação e sustentação da Reforma Psiquiátrica Gaúcha, desde seu

nascidouro, que foi por isto uma das organizadoras deste volume: **Sandra Fagundes**. Seu texto faz uma retomada histórica sob o olhar da gestão, a partir de seus longos anos de experimentação em diferentes lugares e possibilidades de intervenções, no campo por ela nomeado de *Saúde Mental Coletiva* e que será repetidas vezes lembrado pelos autores da Reforma aqui reunidos. A ele seguem-se os escritos do *hermano* argentino **Ruben Ferro**, trazendo a palestra por ele proferida na Audiência Pública realizada na Assembleia Legislativa em agosto de 2017 para marcar o aniversário de aprovação de nossa Lei. O deputado, à época, **Marcos Rolim**, que tomou a luta antimanicomial como um de seus principais focos de luta pelos direitos humanos resgata, na sequência, a complexidade do jogo político e institucional que criou as condições de possibilidade para a aprovação da Lei por ele apresentada. Também remontando aos pilares da constituição desta Rede de Atenção que vai permitindo a substituição de um modo de atenção manicomial pelo Psicossocial, dois capítulos abordam a formação dos trabalhadores para o novo modelo: **Simone Paulon e Carmen Oliveira** analisam os movimentos fundadores de uma nova cultura de cuidado em saúde mental e como ela se associa à formação acadêmica; **Ricardo Cecim** aborda especificamente a contribuição que as Residências em Saúde Mental trouxeram à implementação da Reforma Psiquiátrica no Estado, e **Luciane Kantorsi, com seu grupo** de pesquisadores da UFPel, apresenta outro desdobramento desta rede de formadores, a partir das pesquisas avaliativas da Rede de Atenção Psicossocial do Estado, que tem constituído seu campo prioritário de investigações.

As interfaces da saúde mental com a Atenção Básica e a importância da regionalização na composição do cuidado territorial foram trabalhadas nos capítulos de autoria de **Ana Carolina Simoni e Károl Cabral**; bem como por **Volnei Dassoler, Gilson Mafacioli e Cristiane Holzschuh Gonçalves** que enfocam a atenção à crise a partir da contundente experiência de apoio organizada em Santa Maria para as vítimas da tragédia ocorrida na Boite Kiss. **Bernadete Dalmolin e Miriam Mattos** também contribuem com a compreensão acerca das especificidades de estruturação de Redes de Atenção no interior do Estado, narrando a experiência na região de Passo Fundo, a partir da articulação entre a gestão de saúde

e a universidade comunitária. **Judete Ferrari** complementa este bloco, trazendo a narrativa de como a cidade do Alegrete estruturou uma política de saúde mental a partir das características territoriais que deram as condições de possibilidade para a mobilização da já tradicional Parada Gaúcha do Orgulho Louco que este ano vai para sua 7ª edição.

O capítulo de autoria de **Analice Palombini** se debruça sobre uma das metodologias de trabalho mais cruciais para que o modo de atenção psicossocial sustente o cuidado em rede, qual seja, o Acompanhamento Terapêutico (AT), situando o modo como ele foi se afirmando entre as tecnologias de cuidado no RS. O escrito de **Cristiane Knijnik e Rafael Wolski**, que segue o texto de AT, apresenta um desses acompanhamentos que traz a cidade como cenário e partícipe do processo de cuidado.

Algumas temáticas mais específicas emergem dos períodos mais recentes da Reforma e mostram como deveria ser de fato todo processo reformista, que ele permanece em movimentação, renovando demandas e colocando novos impasses aos atores afinados a seus princípios libertários. A professora **Sandra Djambolakdjian Torossian** e o **Pedro Augusto Papini** abordam o tema da redução de danos na política de cuidado a usuários de substâncias psicoativas e a experiência da Rede Multicêntrica em Educação Permanente. A proximidade entre a Reforma Psiquiátrica e o Estatuto da Criança e do Adolescente quanto à desinstitucionalização na infância e adolescência, bem como os importantes enfrentamentos que ainda se fazem necessários são os focos do capítulo escrito por **Carmen Silveira de Oliveira**. Na mesma linha, a professora **Miriam Dias** problematiza as relações SUS e SUAS, mostrando as articulações que a Reforma Psiquiátrica tem, e precisa ampliar, com o campo da assistência social.

Este conjunto de capítulos está entremeado por depoimentos – como o do psicólogo paulista **Silvio Yasui**, que acompanha nosso processo desde seu nascedouro ou da incansável militante, **Ivarlete França** que conta uma marcante experiência do movimento social à frente da organização da II Conferência Estadual de Saúde Mental. Além destes registros, alguns coletivos de trabalho (Casa AMA de Ijuí, Quitanda dos Loucos Saberes, Associação de Usuários de Saúde Mental de Pelotas – AUSSM-

PE , Geração POA, Mental Tchê , Casa dos Cataventos, DES'MEDIDA) apresentam suas produções em criativas frentes de intervenção que utilizam diferentes meios de expressão. São nós de uma imensa teia que compõem nossa rede. Uma homenagem póstuma é feita a quatro guerreiras do cuidado em liberdade em nosso estado que deixaram suas marcas muito vivas ao longo do percurso aqui lembrado.

Cabe-nos ainda, como organizadoras, um breve comentário acerca da alegria que acompanhou cada passo, agora transformados em páginas desta publicação. A agilidade frente ao exíguo prazo e o entusiasmo com que amigos *mentaleiros* responderam ao convite para narrar algo de sua participação nos 25 anos de aprovação da Lei da RP foi nos mostrando o quanto esta ainda é uma luta com capacidade de convocação e quão importante é insistirmos no sonho há tanto sonhado de uma sociedade inclusiva e sem manicômios.

Como sugere Deleuze, não se trata meramente de um livro de comemoração, mas de mobilização, ali onde as pessoas e as instituições mais do que permaneceram afundados na terra, levantaram voo. Ou, nas palavras de Manoel Barros, o que temos aqui são “memórias inventadas”.

Simone Mainieri Paulon,
Carmen Silveira de Oliveira
e Sandra Maria Sales Fagundes
(Organizadoras)

Porto Alegre, setembro de 2017.